

Editorial vol. 41 n. 2

Tempos, imagens e histórias enredados nos territórios do sul

Fernando Resende (UFF)

Michelle Sales (UFRJ e PPG Multimeios Unicamp)

Um dos eixos estruturantes do Dossiê *Corpo, Violência e Trauma nas Dobras do Sul Global* diz respeito a uma crítica ao projeto da modernidade, tendo em conta que este significou, no plano da ficção e através do acúmulo material produzido pelo colonialismo que o consolidou, arroubos e fantasias de superioridade e de supremacia branca. Enquanto imagem e representação, o colonialismo e a colonialidade – “o lado mais escuro da modernidade” (MIGNOLO, 2017) – funcionaram como uma estátua oca diante da qual multidões estiveram forçadas a idolatrar. O colonialismo representou mais do que uma tecnologia de exploração e acúmulo, mais do que um dispositivo, tendo sido “(...) também um complexo, uma pirâmide de certezas, umas mais ilusórias do que outras: a potência do falso” (MBEMBE, 2014, p. 19).

Sendo assim, neste segundo volume nosso esforço é de contribuir para evidenciar um lastro (ou um percurso) que evoca o processo de naturalização da violência contra corpos dissidentes e/ou racializados nos territórios do Sul Global. Se no seu primeiro volume, estivemos preocupados com a tarefa de refletir sobre acontecimentos que marcam o início do século XXI, apontando a maneira como uma “revolução molecular dissipada” engendra um confronto agudo, ainda que fragmentado, imediato e disperso, que coloca em questão as macro e microestruturas disciplinares que moldam os corpos e o trabalho, neste volume, buscamos ampliar o debate, sustentando o esforço de pensar como o sistema-mundo-colonial-moderno é fundante no processo de naturalização da violência e de banalização da morte. Reiteramos, trata-se de um sistema que, nas dobras do Sul Global, age, de modo muito particular, contra corpos racializados, generificados e/ou fora do padrão cis-heteronormativo.

Nesse sentido, ambos os volumes visam contribuir para adensar o debate acadêmico em torno da produção imagética, visual e/ou artística dissidente das representações da modernidade/colonialidade. Assim, tendo em conta o fato de que o regime de visualidade que sustentou e criou o imaginário colonial também reforçou valores que subalternizaram, racializaram e tornaram periféricos não só os povos nativos, como também os negros escravizados, os afrodescendentes e as minorias políticas, buscamos sugerir que esses corpos (e essas vozes) representam a tal revolução molecular dissipada, de que nos fala Vladimir Safatle (2021) Conforme pretendemos salientar, esta revolução fragmentada (própria do século XXI), agindo em torno de uma agenda anti-racista, foi capaz de unir grupos políticos já consolidados, como os sujeitos negres (que antes apareciam como exceção e que agora são auto-representados como um grupo político relevante) a outros atores: os corpos trans, as desempregadas estruturais e os trabalhadores precarizados. Essas vozes, que o projeto da modernidade subsumiu, são as que reaparecem no século XXI, a partir das lutas de libertação nacional, das lutas anti-racistas e também das disputas pelo território.

Fazendo do chão que pisam um lugar constitutivo da cultura e dos processos de subjetivação, esses sujeitos, através de suas lutas, acionam um posto narrativo e, na perspectiva de uma produção simbólica, invadem o campo das mídias e das artes. Dessa forma, a cartografia visual de uma produção

dissidente representa uma investida contra as ficções e fantasias do imaginário colonial, constituindo-se, simultaneamente, da sutura das memórias do colonialismo – para usarmos um termo da Rosana Paulino – e dos processos de elaboração do trauma colonial. Para este propósito, é importante ter em conta que: “Uma das dimensões fundamentais do trauma colonial diz respeito ao apagamento imposto às histórias das populações negras na diáspora africana e da gênese das narrativas dos sujeitos afro-diaspóricos” (ZANDOMENICO, 2021, p. 300); o que também nos parece fundamental complementar, diz respeito às histórias dos povos nativos e ameríndios, em grande parte dizimados desde a chegada do colonizador.

O trauma do apagamento e do esquecimento, na esfera do colonialismo, deve ser entendido a partir de uma perspectiva coletiva, como sustenta Frantz Fanon (2008) e, mais adiante, Grada Kilomba (2019), ao nos fazer compreender o racismo como estrutural, sistêmico e epistêmico. O trauma colonial, marcado no corpo racializado, generificado e sexuado, ao reconfigurar e evocar incessantemente o passado, através de situações repetidas no cotidiano, faz do corpo uma “máquina do tempo”. Por este viés, falamos de um corpo que, mesmo estando no presente, está também atrelado ao passado e, em grande medida, despojado de futuro, pois “o sujeito *branco* reencena o passado, e nisso veda ao sujeito negro o presente. É esta a função do racismo quotidiano: reencenar uma ordem colonial que se perdeu, mas que pode reviver-se quando o sujeito *negro* volta a ser reposicionado como o ‘Outro’” (KILOMBA, 2020, p. 249, grifo da autora).

Para além desse trauma psíquico coletivo que o racismo estrutural, sistêmico e recreativo (MOREIRA, 2019) põe em evidência de forma ininterrupta, aos corpos racializados, generificados e subalternizados estão vedadas a liberdade e a autonomia, tornando o próprio Estado – e seus aparatos de repressão, disciplina e tortura – a instância à qual está atribuído o direito de determinar quem pode viver e quem merece morrer. O trauma, assim, é materializado – age diretamente no e através do corpo, sinalizando aqueles cujo futuro está reservado e os outros a quem cabe driblar constantemente a morte, dado o fato de experimentarem um presente pleno de opressões e incertezas.

É partindo dessa problemática que notamos o espectro da morte – um dos efeitos da violência colonial – como algo à espreita do trauma gerado pelo empreendimento colonialista. As mortes, nos lembra o artigo “Da constituição da diferença à indiferença do morrer: produções e contraproduções acerca das mortes (e vidas) trans” – não são lamentadas da mesma forma, já que nesse sistema “não há uma distribuição igualitária do luto” (BUTLER, 2015, apud PRADO, M; ZILLER, J; BARRETO, D., 2022, p. 3). E, em se tratando de corpos trans, corpos que diferem do padrão cis-heteronormativo, a morte violenta pode exercer um caráter punitivo, já que deixa às claras as consequências de “ousar resistir à norma”. No texto mencionado, é o que vemos na maioria das vezes com os assassinatos de pessoas trans e travestis. A grande mídia, distante de responsabilizar e refletir sobre os crimes baseados no ódio contra minorias políticas, geralmente culpa as vítimas, criando justificativas com base em cortes de cabelo e tipos de roupa. Por este viés, nesse texto, as autoras e o autor não só põem em evidência produções que normalizam o processo de culpabilização da vítima, como também dão destaque para produções dissidentes que questionam o lugar da representação e a forma como a imagem e o imaginário colonial podem servir para perpetuar, consolidar e matar corpos dissidentes, sobretudo aqueles racializados.

Também trazendo à tona o fato de que o jornalismo, dito tradicional, pode operar como um instrumento castrador da diferença, o artigo “Corpos em rede e o direito de aparecer: o Dia da Visibilidade Trans no YouTube”, nos ajuda a entender como, do ponto de vista do ambiente midiático, esta plataforma pode funcionar como um contraponto. Enquanto repositório de memórias incorporadas, o artigo pensa o YouTube como um espaço de produção de redes de existência, em um país que, de acordo com estatística apresentada no artigo, figura como o segundo do mundo com mais horas de acesso a esta plataforma. Tomando o “Dia Nacional da Visibilidade Trans” como mote central, o autor e as autoras propõem um percurso interessante para pensarmos em formas de combater o espectro e a materialidade da morte, ativando a ideia de uma “ética de coabitación” (BUTLER, 2015) e pensando os modos de ocupação do

território midiático como de grande relevância para a existência do corpo trans.

No que especificamente diz respeito ao território latino-americano, região do mundo apontada em 2018 pela ONU como sendo a que mais coloca em risco a vida das mulheres, “#ChegadeAssedio: potencialidades do ativismo digital no combate à violência sexual contra mulheres na América Latina”, apresenta dados muito significativos sobre o feminicídio nesta região que, sabemos, é muito fortemente estruturada pelas políticas do poder colonialista. Ao estabelecer uma relação direta entre o processo de colonização e a violência de gênero experimentada neste território, os autores nos ajudam a entender o quanto associar saberes e práticas – das mulheres ativistas, neste caso – é gesto fundamental para pensarmos acerca das formas de luta contra a violência.

A importância da mídia, enquanto instância de produção de subjetividades, é mais uma vez ressaltada, o que reforça nosso princípio de problematizar o trauma, o corpo e a violência a partir do que, nesse dossiê, chamamos de “dobras” do Sul Global. Em uma região assombrada pelos processos de objetificação e extermínio do corpo do outro, pensar a luta contra a violência de gênero a partir de formas de organização política administradas por mulheres é, por princípio, problematizar o território a partir de um gesto decolonizante (RESENDE, 2022, p. 17). Um caminho fundamental, queremos acreditar, que evoca algumas das formas possíveis de saída (ou de atravessamento) da violência colonial.

Imaginar uma possível cura para a ferida do trauma colonial é outra dessas alternativas. Sob esta perspectiva, ressaltamos, neste dossiê, o trabalho de uma parte significativa do cinema brasileiro e também das artes visuais no Brasil, especialmente o que vem sendo feito a partir do século XXI. No artigo “Mulheres negras em busca de metodologias para a descolonização do feminismo”, as autoras, ao refletir sobre a colonialidade de gênero (LUGONES, 2010), expõem as formas como o racismo amplifica as “desigualdades intragênero para as mulheres negras em relação ao feminismo universalizado”. Ao chamarem atenção para a necessidade de descolonização do feminismo universal branco e para a insuficiência do debate em torno da “igualdade de gênero”, as autoras sustentam a necessidade de uma escuta que seja capaz de criar caminhos para que “sujeitas historicamente subalternizadas utilizem de sua fala como agência”. Descolonizar, nesse sentido, está diretamente vinculado à possibilidade de colocar o colonizador em posição de escuta, subvertendo a norma social da vida daquelas que sempre foram convertidas em objetos, trazendo-as à tona novamente como sujeitas.

Assim, o cinema, em grande medida, tem atuado como espaço de contraposição à crítica que se faz, de modo geral, à mídia, não só por evidenciar a violência impingida ao corpo subalternizado, como também por contribuir para o processo de imaginação de futuros possíveis. No artigo “Ante a cicatriz colonial: corpo e agência negra no audiovisual brasileiro”, temos acesso a um conjunto de filmes e vídeos, cujas narrativas – entre o documentário e a ficção – estão centradas em torno da figuração do corpo “a partir de estados de convalescência, traumas ou sujeição à morte”. Este artigo torna ainda mais evidente a forma como o cinema brasileiro, em especial a partir de 2010, tem contribuído para ampliar a visibilidade não só em torno dos aparatos de poder empregados pelo Estado brasileiro, como também para os dispositivos de micropoder que incidem de forma particularmente violenta sobre determinados grupos sociais, em função de sua classe, raça e/ou etnia.

Ao analisar os curtas *Experimentando o vermelho em dilúvio* (Michelle Mattiuzzi, 2016), *A morte branca do feiticeiro negro* (Rodrigo Ribeiro, 2020) e *Novo mundo* (Natara Ney e Gilvan Barreto, 2020), o autor desse artigo distancia-se de grandes acontecimentos históricos, grandes marcos ou heróis e dá especial atenção aos microcosmos da experiência colonial vivida através do corpo e de suas experiências subjetivas individuais. Ele nos mostra como o audiovisual imagina o passado brasileiro a partir dos contornos do trauma, deixando sob suspeição os próprios regimes de representação do cinema brasileiro. “Ante a cicatriz colonial”, assim, traz à tona a forma como o cinema, mesmo apresentando um Brasil contemporâneo, relaciona-se diretamente com o passado colonial e seu legado, consolidando, em termos visuais, tanto o presente enquanto tempo de reencenação traumática, como o passado violento que,

experimentado através do corpo, insiste em irromper nos espaços do cotidiano.

Imaginar um Brasil contemporâneo no qual a violência contra corpos racializados esteja suspensa e onde o passado colonial não se impõe como norma do presente e do futuro é outra das possibilidades que podemos perceber através do artigo “And I need you now tonight, and I need you more than ever” – Romantismos de artifício no cinema brasileiro contemporâneo”. Nos filmes *Os últimos românticos do mundo* (Henrique Arruda, 2020) e *Looping* (Maick Hannder, 2019), como vemos nesse artigo, vislumbramos a maneira como uma “estética do artifício” pode ser utilizada para fazer vazar o real, saturando-o de imagens (im)possíveis ou pouco imaginadas. Em ambos os filmes, as imagens revelam a possibilidade de encontros românticos e da realização do amor romântico entre casais queer, ainda que através do artifício, do pastiche e da saturação do próprio amor. É uma produção cinematográfica brasileira que, ao se distanciar da tradição realista, aposta em uma produção dissidente, apropriando-se de elementos e clichês do cinema hollywoodiano e das telenovelas, marcando outras apostas para um cinema político.

O último artigo apresentado neste dossiê, “A tessitura do espectro: catástrofe e fragmentação em ‘Assentamento’, de Rosana Paulino”, faz uma análise contundente desta obra da artista contemporânea afro-brasileira, que trabalha com imagens de arquivo diretamente ligadas à escravidão. Na visão do autor, ao fazer uso de imagens marcadamente racistas e trabalhá-las a partir de uma “inversão de perspectiva”, a artista não só faz reverberar o fantasma do passado escravocrata e colonial como também ativa novas possibilidades estéticas e narrativas, incitando-nos a imaginar o futuro dos/nos corpos objetificados e subalternizados. A técnica utilizada pela artista para intervir nas imagens, em particular a intervenção pela via da costura, “dribla as fantasias humanistas”, demonstrando, nas palavras do autor, “a força de um corpo que não se fecha em si”. Desse modo, como inferimos a partir do texto, o gesto da artista não nega a violência que a imagem evoca, mas ao expor o corpo fragmentado e costurado, aponta para uma crítica à ordem humanista universalizante, colocando-nos em relação com as dinâmicas do poder e com o possível das existências nos territórios colonizados.

Tal qual se vê na obra de Paulino, e na visão aguçada do autor que a interpreta, o colonialismo pode ser uma catástrofe que nunca cessa e que, portanto, nas camadas de tempo e espaço que o atravessam – ou nas dobras do território em que essa catástrofe se instala –, o que se desvelam são as marcas do passado e os futuros possíveis, algo com e além dos fragmentos dos corpos que fazem deste território a sua casa. As obras de Rosana Paulino, muitas das quais o corpo e o processo de colonização se apresentam intrinsecamente interligados e constitutivos, são exemplares e, em grande medida, materializam a relação território/corpo, vista pelo geógrafo brasileiro, Rogério Haesbaert, como singular no que se refere à América Latina.

Para este autor, no que se refere ao território latino-americano,

Olhar para a geografia, para o espaço ou o território (...) nunca é pensar o espaço apenas na abstração racional de sua funcionalidade, nem apenas na rigidez fria de sua materialidade. Espaço, entre muitos de nós que lutamos para fugir da colonização progressista/extrativista, está permanentemente densificado por outro tempo, por outra história que nunca dissocia seu foco da concretização espacial no presente efetivamente vivido” (HAESBAERT, 2021, p. 21-22).

Em outras palavras, no território latino-americano, o presente vivido é carregado de marcas do passado, o que se concretiza em uma experiência que é de natureza espacial. Haesbaert, assim, sugere tratar de uma “heterogeneidade histórico-geográfica estrutural” (2021, p. 108), dado o fato de que as relações tecidas nesse chão assombrado pelo empreendimento colonialista são fortemente atreladas às dinâmicas de poder que têm raça, gênero e etnia como marcadores de diferença. É a combinação de fenômenos – por exemplo, as dinâmicas interseccionais –, advinda do processo de escravização e do genocídio indígena, que se apresenta como contundente no processo de estruturação e fundação das Américas. E toda leitura geográfica que se possa fazer deste território, de acordo com o raciocínio de

Haesbaert, deve ser tributária desta singularidade. Aqui está implicada a noção de geografia como sendo aquilo que se tece na relação entre sujeitos e espaço e, sob essa ótica, há dois aspectos que nos parece relevante ressaltar.

Primeiro o fato de que estamos tratando de um território no qual os tempos e as histórias, atrelados às dinâmicas do poder colonialista, ainda que disjuntivos, se justapõem. São essas instâncias, no âmbito do que nos interessa nos dois volumes desse dossiê, que perfazem o que chamamos de “dobras do Sul Global”. Em outras palavras, estamos falando das camadas de tempos e histórias que aparecem tecidas, por exemplo, na obra de Rosana Paulino, no filme de Michelle Mattiuzzi, na saturação do amor romântico de Henrique Arruda e nos tantos outros exemplos que nos foram apresentados nos volumes 1 e 2 do nosso dossiê.

O outro aspecto diz respeito ao lugar primordial – o corpo – desde onde essas dobras se manifestam. E para entendermos o corpo na dimensão da violência colonial, chamamos pela definição que Achille Mbembe nos oferece. Para este autor, “[corpo é] rede de imagens e de reflexos heterogêneos, densidade compacta, líquida, óssea e sombria, forma concreta de desproporção e do deslocamento sempre a ponto de extravasar o real” (MBEMBE, 2018, p. 235). Ao pensar o corpo negro, levando em conta as violências que o objetificam e a condição diáspórica a que foi (e ainda é) submetido, Mbembe nos ajuda a entender em que medida e em quais circunstâncias o corpo pode ser tanto um ambiente de memória de um passado violento como uma instância criadora de agenciamentos. Enquanto forma concreta, que perfaz uma densidade líquida e sombria, o corpo é lugar de atravessamentos. É nele, por ele e através dele que toda experiência se realiza.

Desse modo, neste espaço geográfico a partir do qual escolhemos pensar, no território aqui identificado como sendo “um lugar ao sul”, o corpo, através dos recortes de raça e gênero, é a instância primeira na qual as relações de poder se efetivam. É o corpo, enquanto território do outro, um dos lugares primeiros no qual o poder deixa sua marca. Sob essa perspectiva, tanto o processo de objetificação sofrido pelo corpo negro, como o genocídio indígena, ambos sistemas operados pelo poder colonialista, são fatos que corroboram esta reflexão. Os muitos séculos superpostos de domínio e expropriação fazem com que, nos territórios do sul, o espaço geográfico esteja estruturalmente vinculado ao tempo histórico. E por este viés, a violência de gênero, as questões que envolvem os corpos trans, o problema da diferença no âmbito das relações de poder, sendo exemplos de como, ainda hoje, de formas distintas, a objetificação e o genocídio seguem em curso, não podem ser pensados fora do emaranhado de tempos e histórias no qual estão inscritas as geografias do sul (RESENDE, 2020, 2021).

No Sul Global, enquanto espaço geográfico composto por territorialidades nas quais os corpos subalternizados estão em constante luta por (re)territorialização, o corpo, ele próprio, é atravessado pelas histórias e pelos tempos disjuntivos. A violência e o trauma, que trouxemos como problemas a partir dos quais pensar as dobras do sul, vistos à luz do gesto colonialista de usurpar o território e o corpo do outro, não são isolados dos processos de subjetivação e de produção de territorialidades. Eles são experiências constitutivas dos corpos que vivem, cotidianamente, os não-pertencimentos. E é por esta via que, através desses mesmos corpos, tanto o trauma quanto a violência aparecem imbricados – engendrando agenciamentos – nos gestos estéticos para os quais olhamos nos dois volumes desse dossiê. Certamente, por isso, nos alerta Kilomba: “A linguagem do trauma é física, gráfica e visual, articulando o efeito incompreensível da dor” (KILOMBA, 2019, p. 162). Queremos acreditar que estes possam ser alguns dos gestos decolonizantes a partir dos quais se pode ler o Sul Global, desde que queiramos também pensar, com Haesbaert, que, nos territórios do sul, “de(s)colonizar – mais como verbo do que como substantivo – é, ao mesmo tempo, uma perspectiva de olhar/ler e de vivenciar/praticar o mundo” (HAESBAERT, 2021, p. 9).

Referências

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **The force of nonviolence**: an ethico-political bind. New York: Verso, 2020.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, p. 13-33, 2011.

FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs** (Pele negra, máscaras brancas). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”. Ciudad Autónoma de Buenos Aires/Niterói: CLACSO/Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios sobre o racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935 -952, set./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 29 abr. 2018.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**. Ensaio sobre a África descolonizada. Luanda: Edições Mulemba, 2014.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **RBCS**, v. 32, n. 94, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbc soc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2018.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. Coleção Feminismos plurais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

RESENDE, Fernando. Prefácio. In: SARDINHA, Antônio Carlos; LIMA, Verônica Maria Alves; LARA, Eloina Castro; BELMONTE, Valeria (Orgs.). **Decolonialidade, Comunicação e Cultura**. Macapá: UNIFAP, 2022.

RESENDE, Fernando. Ciudades e imágenes del Sur Global: geografías sin hogar, cuerpos que vibran. In: CEVEY, Georgina (Ed.). **Cine y Megalopolis**. Aproximaciones a la ciudad latino-americana desde el cine urbano. Ciudad de Mexico: UNAM, 2021.

RESENDE, Fernando. Geographies of the South: unfolding experiences and narrative territorialities. In: AMANSHAUSER, Hildegund; BRADLEY, Kimberly (Orgs.). **Navigating the Planetary**. Viena: Verlag für moderne Kunst, 2020.

SAFATLE, Vladimir. A dinâmica do levante popular. **Revista IHU**, 23 maio 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/609502-a-dinamica-do-levante-popular-artigo-de-vladimir-safatle>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SALES, Michelle; ASSUMPÇÃO, Pablo. Editorial Estéticas Especulativas Decoloniais: Brasil, África, Portugal. **Vazantes**, v. 3, n. 1, p. 1-4, 2019.

ZANDOMENICO, Yasmin. Modos de descolonizar: o trauma é brasileiro, de Castiel Vitorino Brasileiro. **RCL**, s. v., n. 54, p. 296-323, 2021. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 15 abr. 2022.

EQUIPE EDITORIAL

Editoras-chefes

Ariane Holzbach (UFF)
Camilla Quesada Tavares (UFMA)

Editores convidados

Fernando Resende (UFF)
Michelle Sales (UFRJ e PPG Multimeios Unicamp)

Editores-executivos

Paula Fernandes (coordenadora)
Daniel Rios
Daniela Araújo
Gabriel Ferreira
Joelton Barboza
Matheus Bibiano
Renata Menezes Constant
Rodrigo Reis

Triagem

Mayara Araújo (coordenadora)
Lieli Loures

Revisão

Ana Luiza de Figueiredo Souza (coordenadora)
Ana Paula Oliveira
Beatriz Medeiros
Edylene Severiano
Kárin Klém
Larissa Carvalho
Letícia Sabbatini
Pedro Alves
Rodrigo Quinan
William de Abreu

Tradução / Versão

Leonam Dalla Vecchia (coordenador)
Deborah Santos
Gisele Delatorre
Inês da Silva Alves
Jessika Medeiros
Manoela Mayrink

Projeto gráfico / Diagramação

Alan Fragoso (coordenador)
Thayane Guimarães (coordenadora)
Alekis Moreira
Laís Rodrigues Cavalcante

Planejamento estratégico

Angélica Fonseca (coordenadora)
Daniela Mazur
Adonay Guerra

Comunicação

Lucas Bragança (coordenador)
Cheila Pacetti